

Dias 7,8 e 9 DE ABRIL

Jornada de lutas do funcionalismo federal

ESSA CONTA NÃO É NOSSA! TIRA DO HSBC!

A crise que abala o país, reflexo das crises mundiais, mas também de uma eleição disputadíssima e da corrupção, levaram o governo a tomar medidas que são contrárias aos interesses da maioria da população. Na prática o chamado “ajuste fiscal” representa cortes e contenções de gastos públicos na construção de casas populares, redução nos orçamentos dos órgãos públicos, muitos dos quais com carência de pessoal e utilizando mão de obra precária (temporários, estagiários ou terceirizações, trabalhando no lugar de servidores públicos do RJU), colocando em risco o funcionamento da rede de saúde, de escolas e universidades e afetando as áreas de ciência e tecnologia, cultura, serviços de embaixadas, entre outros.

Corrupção se combate com fiscalização, portanto, os mecanismos de controle do Estado (diárias, cartão corporativo, contratos, licitações, pregões) precisam ser aperfeiçoados, bem como a punição aos corruptos e corruptores deve ser mais drástica. O combate à corrupção e a fraude pressupõem uma melhor estruturação do Estado, com pessoal em quantidade e qualidade, aperfeiçoamento e salários dignos, que eliminem a possibilidade de delito. Por isso, ao contrário do que propõe o governo, é necessário mais investimento do Estado e não a contenção ou redução de recursos.

Diante de um cenário político de crise econômica e política o governo pretende reformar aeroportos e entregá-los para administração do setor privado, a exemplo do que se fez com as estradas, cujas concessionárias cobram tarifas extorsivas de pedágio (basta ver a ponte Rio-Niterói que agora reduziu os preços na nova licitação).

A receita do governo tem sido privatização, concessões, redução de gastos e manutenção do pagamento de juros da dívida pública, que afetam quase a metade do orçamento federal. O governo não se mostra disposto a enfrentar e realizar uma Auditoria da dívida pública, que consta da Constituição de 1.988. Como resultado disso cerca de 45% do Orçamento da União é reservado para o pagamento de juros e amortizações de uma dívida, que só serve para aumentar o lucros dos bancos credores.

O governo já anunciou que não aceita a proposta de 27% de reajuste salarial, reivindicada pelo funcionalismo federal. Alega que este pedido não cabe no Orçamento e que desde o início do governo Lula os servidores tiveram reajustes reais importantes. O Ministro do Planejamento propôs um calendário de negociação, baseado em mesas setoriais, começando em maio e encerrando em julho, para enviar as propostas até 31/08/2015 ao Congresso Nacional.

Porém, o Ministro adiantou que os recursos são escassos para concursos, salários e benefícios nos próximos quatro anos de governo. Por isso, anunciou que pretende realizar uma única negociação com cada categoria, o que impediria qualquer categoria de reivindicar para além desta negociação. Na prática este calendário pode levar o funcionalismo a um impasse e o governo

usar do mesmo expediente - "ou quer e assina ou não quer e não leva" -, como ocorreu em 2012 quando se impôs um reajuste de 15%, parcelado em três anos.

Não é o funcionalismo e nem a maioria da população que devem pagar a conta da crise econômica e política do país. Ao contrário, nos últimos anos bancos, agronegócio, grandes empresas e empreiteiras tiveram lucros estrondosos, com uma política econômica de incentivos fiscais e empréstimos a juros baixos, financiados com dinheiro público. Agora o governo Dilma, contradizendo o discurso de campanha, decide penalizar os trabalhadores e a população mais pobre, reduzindo investimentos para serviços públicos, benefícios e programas sociais, liberando tarifas (energia e combustíveis), provocando inflação e desemprego.

Enquanto explodem escândalos envolvendo empreiteiras, parlamentares e empresas estatais, cerca de 8 mil milionários brasileiros aparecem em contas na Suíça, que usavam para sonegar impostos.

Diante deste cenário, mais do que nunca a mobilização dos servidores é fundamental para poder assegurar negociações que avancem e que façam frente a inflação crescente do país. É necessário pressionar o governo para que atenda às grandes definições da Pauta geral do funcionalismo, assegurando aos servidores a data-base e a política salarial permanente, que constam da Constituição Federal de 88 e não vem sendo respeitado. O direito a negociação coletiva é outro ponto fundamental, uma vez que não há em lei expediente que obrigue o governo a negociação, o que deixa o funcionalismo federal refém das intempéries políticas.

O funcionalismo federal não pode se calar diante de uma política que coloca em risco as condições de trabalho, os salários e o atendimento a população. Ao contrário do que propõe o governo, para combater a inflação seria preciso reduzir juros, reajustar salários, para assegurar o consumo e incentivos aos serviços que a maioria da população necessita. Ao contrário de desonerar os custos da folha de pagamentos das empresas, o que na prática não significou mais empregos e melhorias das condições de trabalho, senão apenas mais lucros, correto seria investir em serviços públicos de qualidade.

Como cidadãos os servidores são parte da sociedade que exige o combate à corrupção, que condena as eleições financiadas com dinheiro privado. O maior sintoma disso é a falta de transparência e democratização na administração dos órgãos públicos, nos quais muitos dos dirigentes atuam como verdadeiros "donos" de empresas, que não devem satisfação aos trabalhadores e usuários, porque os mecanismos internos de controle não são suficientes.

Chamamos o conjunto dos trabalhadores do serviço público a se manifestar, se organizar, se sindicalizar e participar da jornada de lutas de 7 a 9 de abril, em Brasília, e das atividades organizadas em seus estados.

Está em jogo a qualidade do serviço público, as condições de trabalho, os salários e as opções que os sucessivos governos impõem, que sempre prejudicam os que mais precisam, em detrimento de atacar grandes fortunas, o lucro dos bancos e das grandes empresas.

Como servidores públicos temos o compromisso de não permitir que vigorem projetos que piorem a vida do povo de um modo geral e do funcionalismo, em particular. Por isso, lutaremos também contra a PEC 330 (terceirização generalizada nos serviços públicos), PEC 650 e xxx (que alteram direitos conquistados no Defeso (recebimento de benefício ao pescador no momento em que não deve pescar para proteger os rios e a flora), auxílio desemprego (alterações que criam regras rígidas que não permitem ao desempregado ter meio de sobrevivência se não atingir dois anos de emprego efetivo).

VEM PRA RUA, VEM!!!

DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO, CONCURSOS E SALÁRIOS DIGNOS!